

# INSTITUIÇÕES PSICANALÍTICAS: UMA POLÍTICA DE AVESTRUZ?<sup>1</sup>

Paulina Schmidtbauer Rocha

Psicanalista, sócia do  
Círculo Psicanalítico  
de Pernambuco,  
sócia do Centro de  
Pesquisa em  
Psicanálise e  
Linguagem-CPPL.

**RESUMO:** Este trabalho aponta questões que consideramos fundamentais para a constituição de instituições psicanalíticas mais democráticas e fraternas, capazes de sustentar a vocação crítica da psicanálise e sua marca de subversão em prol da humanidade. Refletimos sobre suas marcas históricas e seus desdobramentos políticos, destacando que não se trata mais de colocar a instituição como um mal necessário para a formação e transmissão da psicanálise. É necessário, ao contrário, vê-la como uma das possíveis escolhas para pensar o homem e suas circunstâncias na contemporaneidade. O que, por sua vez, implica em responsabilidades indelegáveis de cada um que se reconhece como psicanalista e quer pertencer à pólis psicanalítica.

**Palavras-chaves:** instituição psicanalítica, política, contemporaneidade.

**ABSTRACT:** Psychoanalytical Institutions: ostrich politics? This paper points to questions considered fundamental for the constitution of more democratic and fraternal psychoanalytical institutions. These should be capable of preserving the critical vocation of psychoanalysis as well as its subversive character on behalf of humanity. The author reflects on the historical marks and political developments of the psychoanalytical institution, emphasizing that it should no longer be seen as a necessary evil for training psychoanalysts and transmitting psychoanalysis. Rather, it should be considered as one of several possible alternatives for thinking about man and his contemporary circumstances. This in turn implies non-delegable responsibilities that must be acknowledged by all psychoanalysts who wish to belong to the psychoanalytical polis.

**Keywords:** psychoanalytical institution; politics; contemporaneity.

---

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado nos Estados Gerais da Psicanálise, em 9 de junho de 2000, em Paris, como abertura do tema: "Instituições psicanalíticas". Tratando-se de uma comunicação oral, o texto guarda ainda seu tom coloquial e uma certa feição de provocação deliberada para iniciar os debates.

O que falarei sobre a instituição psicanalítica foi construído por meio das conversas e leituras com aqueles que constituem a rede de interlocuções que chamaria “a minha fratria” a partir da qual posso falar em nome próprio,<sup>2</sup> da minha experiência e das minhas idéias sobre essa espinhosa questão que nos reúne aqui em Paris, neste auditório da Sorbonne.

Hoje, entendo a convocação de René Major para os Estados Gerais da Psicanálise de forma diferente do que a entendi há dois anos, quando tomei conhecimento dela e do que a provocou, através do próprio Major. A idéia havia nascido em Paris no momento em que se levantou para discussão uma situação emblemática dos percalços da instituição psicanalítica que sugiro não se chame mais “caso Amilcar Lobo”, mas “caso Helena Vianna”, ou “caso Lebovici”, ou “caso todas as Diretorias da IPA”.

A convocação dos Estados Gerais da Psicanálise, mesmo que abrangente e mobilizadora de temas relevantes para a psicanálise e para os psicanalistas neste final de século, desde que tornada pública no momento do lançamento do livro de Helena Vianna em Paris, também pôs em cena o questionamento da IPA, enquanto instituição que reivindica a posição de legítima herdeira da causa psicanalítica.

A resposta à convocação foi significativa: além de um grande número de trabalhos terem sido enviados; de muitos psicanalistas assinarem a idéia; e num movimento, o que se poderia chamar de “uma certa fratria” criada entre os futuros participantes, um grande entusiasmo foi demonstrado no uso de site na Internet, nos encontros, enfim, em tudo que ecoou de forma interessante e produtiva.

A princípio, tudo isso me fez crer que teríamos uma quantidade também expressiva de trabalhos sobre a instituição psicanalítica. Mas, ao receber o programa oficial dos Estados Gerais, constatei, surpresa, que, de longe, a clínica psicanalítica bateu o recorde do número de trabalhos, o que anuncia onde se encontra a força e ao mesmo tempo a problemática da psicanálise na atualidade.

Então o que de fato urge é um debate amplo e irrestrito sobre a clínica psicanalítica. Estariam as “Quartas-feiras de Viena” de volta à moda francesa? Aquilo que os entusiastas do primeiro tempo da psicanálise se propuseram a fazer, agora ao som da *Marseillaise*? Além disso, convém lembrar a convocação dos Estados Gerais latino-americanos que começava assim: “Nós, os psicanalistas brasileiros, baianos, paulistas, cariocas, mineiros, húngaros, pernambucanos, paraibanos, italianos, gaúchos, croatas, argentinos, catarinenses, paranaenses... precisamos pensar com urgência sobre a nossa clínica na

---

<sup>2</sup> Para os Estados Gerais da Psicanálise foram convocados psicanalistas de vários países para falarem em nome próprio, ou seja, para além de suas pertinências institucionais e de suas filiações teóricas, sobre os temas relevantes para a psicanálise no futuro milênio.

contemporaneidade.” Esta é a nossa questão: nosso ponto de encontro, a nossa busca, o nosso ponto de partida.

Antes de quaisquer outras reflexões, vou trazer à cena três fatos recentes para avançar nas minhas idéias.

Há mais ou menos dois meses, os jornais noticiaram que duas garotas espanholas mataram uma colega de escola, escolhida para ser a vítima por ser calma e crédula, sendo assim mais fácil de ser executada. As adolescentes confessaram que cometeram o assassinato para se tornarem famosas e garantirem para si a celebridade em todas as tevês do mundo inteiro.

Em 1997, um grupo de jovens artistas recifenses instalou-se em Olinda, cidade barroca, berço de Pernambuco, fundando o que batizaram de MAP — Movimento Autista Pernambucano. Era uma sociedade de autodenominados “artistas-autistas”, que resolviam adotar o “autismo” como modo de vida. Segundo eles, o que mais gostavam de fazer era “autistar” — um verbo inventado por eles para significar: não pensar em nada, não se comunicar, falar sem nexos, evitar o olhar dos outros, não ligar para os outros etc.

Em junho, deste ano, Sandro, um jovem sobrevivente da chacina da Candelária, foi astro durante quatro horas em todos os canais da tevê brasileira, tevê a cabo e Internet do mundo inteiro, num show de *selfmade-man*, ao vivo, antes de ser morto pela polícia carioca, no furgão que, em princípio, devia tê-lo levado ao hospital. Esse jovem de 19 anos, que aos 13 presenciou o assassinato da mãe e da irmã e daí em diante viveu na rua, morando embaixo da ponte com sua namorada, drogado, estava em busca de uma oportunidade, com vontade de deixar a droga. Na falta de uma oportunidade da qual precisava tanto, tentou produzi-la seqüestrando um ônibus e pedindo como resgate mil reais, duas pistolas e duas granadas. Ou seja, um passaporte para o nada.

### **NOSSA CLÍNICA PSICANALÍTICA TEM ALGO A DIZER SOBRE ISSO?**

O mundo mudou, nessas últimas décadas, de forma radical e assustadora. Hoje, cada indivíduo está submetido a dois campos de força. Por um lado, a exigência de performance: sempre estar no topo da lista, ganhar, sempre se superar, sobretudo superar os outros e, se possível, transmitido via satélite. De outro lado, a exigência da mesmice: tudo sempre igual garantindo, como o emblemático Mc Donald's, que nada mudará e tudo será sempre a mesma coisa, garantidamente familiar (BECK, GIDDENS & LASH, 1997).

O sujeito contemporâneo, a serviço da sua performance, aut centrado e esteticamente correto, está pronto para aparecer sob as luzes da ribalta na primeira oportunidade.

Recentemente, vi as reproduções de um artista plástico que passou a vida fazendo quadros onde escrevia seqüências intermináveis de números. A diferen-

ça entre um e outro era, apenas, os sombreados que a seqüência dos números produzia. Assim, ele se subjetivava na mesmice, de modo singular; ninguém parecido antes, nem depois. Apenas ele, e só ele, através de um só elemento. Pode haver um modo mais estranho de subjetivação?

Birman (1999) bem que apontou que o sujeito contemporâneo está paradoxalmente conjugando o autocentramento e a exterioridade, perdendo nesse jogo a interioridade. A cultura do espetáculo produz, como no caso das garotas espanholas, uma violência sem objeto, em que o ato não está regido pelo ódio, por vingança ou pela satisfação em relação a um outro. Está, tão somente, no uso do outro a serviço de um desejo dirigido apenas a si mesmo. Um modo de subjetivação que impossibilita a intersubjetividade, mas que corresponde, no entanto, aos valores da cultura do espetáculo.

Os nossos artistas-autistas olindenses, por seu lado, pareciam estar na contramão dessa cultura do espetáculo. No entanto, seu suposto acordo sobre um modo de vida “autista”, fala de uma impossibilidade de estar com outro, da recusa do outro como modo de viver. Isolamento e indiferença, a radical expressão do individualismo.

A violência que resulta desses estranhos modos de subjetivação é sempre de ordem pública, só assim terá conteúdo, na possibilidade de tornar-se objeto de observadores.

Os exemplos citados das tragédias da vida cotidiana deste fim de século XX falam por si mesmos. Aliás, ressoariam de modo insuportável, caso tivéssemos tempo para o ócio, tempo para pensar.

A psicopatologia da vida cotidiana contemporânea não dispensa o social e tampouco os analistas se podem furtar à vocação da psicanálise: a crítica à modernidade. Os 60 trabalhos aqui apresentados, provam isso. Uma árdua tarefa de retomar, retornar, inventar, ousar e, mais ainda, sair das trevas do fundamentalismo, do sectarismo, dos dialetos, das indiferenças e legitimidades ultrajadas, para se dar conta de que, afinal, temos novos óculos para olhar o homem e as suas circunstâncias. Acabaram os tempos das estruturas, do intrapsíquico, dos aparelhos psíquicos, da hegemonia do Édipo, do determinismo, em suma, dos conceitos universalizantes. Nem mais “só OMO lava mais branco em qualquer parte do mundo”; somos apenas nós e nosso desamparo, muito humor e uma leve esperança de que valeu a pena gastar tantos neurônios (especialmente para uma mulher que já os tem em menor quantidade: quatro milhões a menos, segundo recentes pesquisas) em prol de diminuir o sofrimento do ser humano. Mas como produzir um conhecimento, que só vale se a humanidade puder usá-lo, como diz Todorov (1995), para compreender os seus males e assim puder fazer as suas escolhas.

**ONDE PRODUZIR ESSE CONHECIMENTO?****NAS INSTITUIÇÕES PSICANALÍTICAS?**

Afinal, este é o meu assunto de hoje. Já se falou tanto, já se escreveu tanto, que às vezes sinto um cansaço por ter nos últimos 30 anos, trabalhado intensamente nas instituições e nos últimos 25, no Círculo Psicanalítico de Pernambuco — CPP, onde sou sócia por escolha. Ao longo desses anos assumi o meu direito e responsabilidade para com o exercício institucional que é indelegável. Construí filiações teóricas, procurei e procuro interlocutores com quem manter o espaço do diálogo. Minha prática psicanalítica institucional e particular é lugar de descoberta, de levar susto, de amargar, de rir e de ter muita paciência. Mas, como tenho o exemplo de Winnicott que só “queria sobreviver, ficar acordado e em boas condições”, me dou por satisfeita. As escritas, escassas, são lugar da dura tarefa de subjetivação do ser analista onde estou de vez em quando.

Isso dito, podemos conversar sobre as instituições e suas vicissitudes na contemporaneidade.

Olhando o mapa globalizado da psicanálise, a Associação Internacional de Psicanálise — IPA se revela como uma grande organização transnacional, uma megacorporação, seguida pela grande corporação lacaniana. Enquanto a primeira se define como herdeira legítima do legado freudiano, a segunda designa-se pelo nome do mestre.

Noutros pontos do mapa estão instituições como o CPP, pequenas ou grandes, mas sempre em lugares marcados por outras significações. Não tendo a segurança da herança ou da palavra do mestre para firmar sua identidade, restou-lhes a inevitável busca de soluções provisórias para suas identificações. Puderam escapar à paralisação dos mecanismos da lógica identitária, criando opções de saída do narcisismo das pequenas diferenças. Não se tem garantia de saída, mas tem-se a possibilidade de perceber, mais rapidamente, as armadilhas da burocratização ou as tentativas de instalar as hegemonias de pensamento ou de poder.

Ao observar os posicionamentos das instituições psicanalíticas em relação à formação, identificamos três grupos: as instituições cuja finalidade é a formação psicanalítica; as instituições cuja formação está fora nos institutos, fóruns, ou similares e as instituições em que a formação de psicanalistas é uma das atividades institucionais, mas não sua principal finalidade.

Será que hoje se poderia ultrapassar o legado freudiano trilhando o caminho da formação sem instituição? Há vários caminhos que conduzem à morada de Freud, ou seja, é impossível pensar numa solução única e redentora para as instituições psicanalíticas. Tampouco a formação ou transmissão da psicanálise pode ser solucionada fazendo-se um regimento igual para todos. Assumir sem instituição a formação pode ser uma solução de autonomia e maturidade.

Muitos, hoje, escolhem ficar fora das instituições psicanalíticas ou se juntam em agrupamentos “informais”, tentando não só se protegerem da “malignidade” institucional, mas exercerem de forma mais digna o seu ofício de psicanalista.

Conheço grupos de psicanalistas que se reúnem para discutir a clínica com regularidade e cada um constrói suas filiações teóricas e sua pertinência à pólis psicanalítica. Fazem-se reconhecer e atuam, contribuem para o movimento psicanalítico de forma significativa. Esses psicanalistas não negam suas filiações, trabalham muito para constituí-las, confrontam-se com a solidão do psicanalista, com a falta de garantias no seu trabalho psicanalítico.

Fazer formação fora de uma instituição psicanalítica é uma das soluções possíveis, mas não é minha escolha. De fato minha escolha é institucional e recai sobre uma instituição como o Círculo, “uma instituição pequena, porém decente”.

Escolhas são múltiplas, cada um de nós já achou aquela que melhor lhe convém e assumiu a responsabilidade desta decisão. Essa me parece indelegável. Considero, assim, que a instituição psicanalítica hoje não pode ser pensada e encarada como um “mal necessário”, bem ao contrário, ela torna-se escolha e responsabilidade de cada um que a ela pertence.

Terminaram as possibilidades de uma vida regulada por certezas e garantias que as sociedades tradicionais, reguladas pela religião e pela teologia, ofereciam. A derrocada dos ideais onipotentes deixou os homens e as mulheres, os psicanalistas também, como que entregues à própria sorte. Tendo que dar conta da sua vida e do seu futuro, do seu reconhecimento pela pólis psicanalítica, o psicanalista estará às voltas com o desamparo, conceito que fala, por excelência, da condição do sujeito moderno. É assim, como tantos outros, um sujeito sem garantias e sem certezas asseguradas, cuja existência depende de um esforço contínuo de criação e produção de sentidos.

Podemos lembrar que o sujeito freudiano, num primeiro momento, perdia o amparo da tradição, mas continuava amparado por uma promessa de cura para o seu mal estar e de harmonia com os ideais civilizatórios. Essa concepção da psicanálise tinha o tom salvador e assegurador, conservado até hoje em alguns discursos. No entanto, o sujeito do segundo tempo freudiano é marcado pelo desamparo de modo radical, precisando desenvolver meios para fazer face ao trabalho incessante imposto ao psiquismo pela força pulsional e por seus efeitos traumáticos.

É este Freud que se revela um pensador crítico da modernidade, sobretudo através dos textos sobre a cultura (FREUD, 1920/1974; FREUD, 1930/1974). Neles é possível encontrar apoio para as questões que nos colocamos em relação à instituição.

O desamparo, sinal ostensivo da fragilidade humana, é um marco da experiência contemporânea. Num mundo sem garantias e sem certezas asseguradas, a existência torna-se para o sujeito uma aventura de riscos insuportáveis e as soluções construídas para enfrentar o mal estar, sempre provisórias, não eliminam a ameaça do desamparo.

Duas saídas para a angústia frente ao desamparo propostas por Birman (1999) falam, também, das posições possíveis que os analistas ocupam na instituição psicanalítica: o masoquismo, opção pela submissão, uma “modalidade de subjetivação mediante a qual o sujeito se submete ao outro de maneira servil, seja de forma voluntária ou involuntária, pouco importa, para fugir ao horror do desamparo (p. 132); e a sublimação, uma forma de gestão do desamparo pela “tessitura de laços sociais e pela produção de obras no campo desses laços” (p. 132). Poderia levantar a hipótese de que os psicanalistas nas instituições psicanalíticas ou fora delas terão um trabalho incessante para dar conta do mal estar, incurável, criado pela tensão permanente entre a clínica (singular e imprevisível) e a teoria (universalizante e previsível).

Se é verdade, que “a psicanálise nasceu como um saber da modernidade” e que “a hipótese do inconsciente foi produzida na quebra do discurso da tradição” também é verdade que,

“até 1915-20 tinha mais realce, no discurso de Freud, um projeto científico para a psicanálise, sustentado na crença de que a ciência poderia promover o desenvolvimento e o progresso do espírito humano. Em sua proposta clínica havia, subjacente, uma promessa de cura e de resolução para os impasses existentes entre o sujeito e a cultura. Permaneciam, assim, em seu pensamento, os ideais da modernidade iluminista.” (CAVALCANTI; CARDOSO & ROCHA, 2000)

Assim, as marcas das instituições psicanalíticas foram construídas bem antes dos anos 20, quando o projeto da psicanálise enquanto ciência do determinismo psíquico estava em voga. Freud sustentava os ideais universalistas, até então mais fortes em seu pensamento.

Entendo que, com a formulação do conceito de pulsão de morte, Freud (1920/1974) colocou em questão o projeto que tinha para a psicanálise, confrontou-se com os limites de uma metapsicologia centrada num modelo representacional e formulou a autonomia da força pulsional em relação ao campo da representação, pondo em evidência no discurso o lugar do indeterminado, do imprevisível e do irrepresentável.

Evidentemente esperaríamos que isso provocasse seus efeitos e desdobramentos em todas as vertentes do pensamento psicanalítico que o sucederam.

O que não aconteceu. E muito menos, nas práticas das sociedades psicanalíticas, quaisquer que sejam suas filiações teóricas.

Só podemos supor a possibilidade de construir instituições mais fraternas e democráticas e, simultaneamente, mais produtivas e criativas, se tomarmos como referência esse pensamento tardio de Freud.

As marcas das instituições psicanalíticas que permanecem até hoje, no entanto, foram constituídas no início, antes de 1920. O fato de que a instituição psicanalítica ficou sob o signo de preservação do estabelecido, sistematizado, guardião do legado freudiano me parece ser uma das razões pelas quais a reflexão sobre a clínica na contemporaneidade não é feita pelas sociedades psicanalíticas.

Vale a pena lançar um rápido olhar na história do movimento psicanalítico e nos percalços das suas primeiras instituições.

Não podemos esquecer que, se Freud fala tanto da sua solidão no início, nos tempos das primeiras formulações revolucionárias, no futuro lembrará esses primeiros tempos com uma saudade de paraíso perdido. A diferença, com certeza, foi dada pela fundação da sociedade psicanalítica. Podemos até imaginar que Freud almejava assegurar um primeiro núcleo, que lideraria o movimento psicanalítico e que daria continuidade à psicanálise, quando distribuiu os anéis aos colaboradores que julgava mais próximos e provavelmente mais contundentes na defesa do seu sonho. Foi assim, ao menos, que Jones (1989) nos conta na sua biografia de Freud. A idéia veio de Ferenczi, no entanto foi o próprio Jones quem se encarregou de apresentá-la a Freud. A proposta respondia, de fato, às crescentes preocupações de Freud com sua morte e com a ausência de garantia para as suas descobertas, o que lhe tirava noites de sono. Freud, no entanto, estava também muito preocupado com o reconhecimento social da psicanálise e queria validar por este caminho a sua descoberta. Nesse pacto, fundado na busca de proteção e de reconhecimento social, pôs em risco a vocação crítica da psicanálise em relação à sociedade, à modernidade e, sobretudo, sua tão decantada qualidade: a subversão. E isso contribuiu, dentro e fora das instituições, para que a psicanálise deixasse de ser uma verdade possível entre outras, uma verdade provisória e assumisse o “ar de uma verdade revelada”.

Ao mesmo tempo que tentava deixar um legado do que pensava alicerce para a nova ciência, Freud correu o risco de tornar a psicanálise uma doutrina — um problema para si e seus sucessores. Alguns dos emblemas que tomam corpo e ganham força nas grandes sociedades psicanalíticas atuais: as regras e conceitos imutáveis, a intolerância para com a diferença, o apoliticismo e a busca de sucesso e prestígio social — talvez possam ser entendidos como a marca, até hoje, daquilo que se repete, o pacto defensivo e fechado da primeira sociedade.

As grandes instituições psicanalíticas com o peso do legado de Freud, ou com as sagradas escrituras de Lacan, ou com os batalhões convictos de Melanie Klein entraram em pueris debates, durante vários anos, sobre quem detém a verdadeira psicanálise.

Apesar da pulverização das sociedades psicanalíticas que assistimos nessas últimas duas décadas, a sombra da “primogênita” continua presente, como se ao longo desses anos todos ela fosse um paradigma em relação ao qual deveriam todas as outras se constituírem: quer sejam mais conservadoras que a própria para se legitimar, quer sejam constituídas em negativo, para se diferenciarem, acabam sempre tendo como referência, aquela, constituída por Freud. Parece que nosso destino é refazer sempre a roda dos anéis, como na brincadeira de criança.

Não seria, então, a repetição desse pacto defensivo que estaria impedindo que as instituições incorporem, no seu cotidiano, as questões sociais e políticas que afetam a clínica?

Os trabalhos trazidos para os Estados Gerais apontam como essas questões têm impregnado a reflexão clínica de cada analista individualmente. Por que, então, estas questões permanecem fora da reflexão sobre a instituição e na instituição?

Os primeiros analistas ao redor de Freud — que continuamos a chamar candidamente os primeiros discípulos de Freud, quase os primeiros apóstolos — formaram o Comitê para Freud e com Freud e a favor da psicanálise, incorporando a missão de guardiões do legado freudiano e da causa psicanalítica. E não por acaso.

A primeira sociedade que, de fato, tinha como único objetivo reunir as pessoas interessadas em psicanálise, para estudo e discussões clínicas, foi dissolvida pelo próprio Freud em 1909. Parece que a competição entre os frequentadores das “Quartas-feiras” tornou-se insuportável, o que seria bastante compreensível a partir da leitura do *Totem e tabu* (1913/1974).

A instituição inventada para substituí-la — Associação Internacional de Psicanálise — tinha o objetivo político de sair de Viena e de apresentar a psicanálise como uma ciência não judaica, sob a presidência de Jung Fracassou.

O Comitê secreto criado na ocasião, composto por colaboradores mais fiéis, assumiu a missão de proteger Freud e sua doutrina, cuidando para que a organização crescesse dentro dos parâmetros convenientes e as formações fossem controladas com cuidado. A transmissão da psicanálise passou a acontecer dentro desses muros construídos para ela, *Ilôt Sacré*, para assegurar o domínio e controle aos guardiões representados perfeitamente pelos psicanalistas didatas. O jogo estava feito. A psicanálise ficou presa nos laços perversos. Os efeitos vão se fazer sentir depois.

Durante esses cem anos, os psicanalistas viram-se muitas vezes em apuros, quer pelas exigências da própria clínica que não mais cabia nos postulados teóricos, quer pelas próprias formulações teóricas que não se alinhavam convenientemente com os conceitos estabelecidos. Sem se darem conta de que a clínica havia mudado — como mudava o mundo, porque afinal estamos cuidando de homens e mulheres nas suas circunstâncias... — pensaram que os dissabores pelos quais passavam seriam resolvidos com mais psicanálise, “boas” psicanálises, mais supervisões, melhores supervisores, mais controle, mais poder institucional. E assim transformaram cada vez mais as instituições em autarquias hierarquizadas e burocráticas. Quando se trilha esse caminho, escamoteiam-se as impossibilidades, as limitações, o inacabado, o interminável, matéria-prima da psicanálise e, portanto, da vida institucional.

Quando uma sociedade psicanalítica pretende regular a formação a um nível tão detalhado que as regras instituídas sejam sempre as mesmas onde quer que esteja a sociedade, ela está se comportando como qualquer corporação industrial que padroniza seu processo produtivo. Padronizar a formação seria construir uma espécie de Mc Donald's da psicanálise: não importa onde esteja um Mc Donald's, os hambúrgueres se fazem de modo exatamente igual, embora seja esperado que se perceba existir uma mínima diferença entre um hambúrguer e um psicanalista.

Ao longo da história das instituições psicanalíticas, as tentativas feitas por elas para viverem fechadas no seu mundo, sem inserção social, parecem revelar todo o equívoco dessa posição. A expulsão dos psicanalistas judeus em 1932 da sociedade berlinense denuncia o compromisso e as injunções do Estado nazista nas instituições psicanalíticas.

Ao longo desses cem anos de sonhos, iniciados com o sonho do fundador da psicanálise de que um dia a sua descoberta seria reconhecida socialmente e institucionalmente e que adiou a publicação do seu livro sobre os sonhos — paradigma do trabalho psicanalítico — para marcar-lhe o aparecimento com o início do século e para marcar o século com a sua *Erótica*, os psicanalistas acharam as mais variadas soluções para se agruparem, para trabalharem e continuarem, dentro do método psicanalítico; abrindo novos horizontes no conhecimento da psiquê humana em prol de diminuir-lhe o sofrimento.

Tomamos conhecimento de situações dolorosas como essa de Helena Vianna que, por mais de 20 anos tenta restabelecer aquilo em que acreditou quando iniciou sua inserção na instituição psicanalítica: que a psicanálise enquanto conhecimento sobre o homem e suas circunstâncias era subversiva, era crítica em relação a tudo que podia oprimir ou impingir o sofrimento ao ser humano.

As instituições psicanalíticas terão que mudar por dentro, mas não acredito que possam fazer estas mudanças sem levar em conta a luta política institucional

de Helena Vianna e a luta política teórica dos vários analistas brasileiros, argentinos e uruguaiois que recuperaram o espírito subversivo e a vocação crítica da psicanálise em relação à contemporaneidade.

Vejo que as instituições psicanalíticas podem ser interessantes na medida que guardam também vários traços da transmissão tradicional e uma clara e expressa necessidade de se pensar vários aspectos de uma disciplina, na sua práxis, na sua teoria, no seu *socius*, na sua política.

Para concluir, quero reafirmar minha esperança de que saindo da sua “política de avestruz” a instituição psicanalítica possa ter um papel sociopolítico importante no mundo de hoje, à medida que puder tomar a clínica social da contemporaneidade como seu ponto de encontro e partida. E quem sabe constitua-se como oficinas de subjetivações e des/subjetivações, organizando-se em modos de gestão mais fraternas e conseqüentemente mais democráticas, no respeito aos interesses coletivos e individuais.

Recebido em 10/8/2000. Aceito em 15/9/2000.

### **BIBLIOGRAFIA**

- BIRMAN, J., *O mal estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- CAVALCANTI, A. E.; CARDOSO, C. & ROCHA, P. S. “Reflexões sobre a instituição psicanalítica na contemporaneidade”, in KHEL, M.R. *Função fraterna*, Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2000.
- FREUD, S. “Totem e tabu”, in *Obras completas*, v. XIII, Rio de Janeiro, Imago, 1974.
- \_\_\_\_\_. “Psicologia de grupo e análise do ego”, 1920 v. XVIII, p. 63-136.
- \_\_\_\_\_. “O mal estar na civilização”, 1930 v. XXI, p. 57-140.
- JONES, E. *Vida e obra de Sigmund Freud*, Rio de Janeiro, Imago, 1989.
- TODOROV, T. *Em face do extremo*, São Paulo, Papyrus, 1995.

Paulina Schmidtbauer Rocha  
Rua Cardeal Arcoverde, 308  
52011-240 Recife PE  
E-mail: paulina@cppl.com.br  
Tel. (81) 423 5751